

Ildeu M. COELHO*

RESUMO: O debate e o encaminhamento da reforma universitária propostos pelo governo privilegiam os aspectos operacionais, silenciando a *natureza* da instituição e outras questões inerentes ao sentido da vida acadêmica. Daí a ausência de parâmetros e critérios para o julgamento das propostas apresentadas e a definição das ações e cuidados exigidos para sua realização. Ao perguntar *o que é* a universidade e trabalhar para constituir-se como instituição do pensamento e da criação do inexistente, entretanto, ela afirma sua autoridade para pensar e defender *novas formas de existência* das pessoas, da sociedade, da humanidade e da universidade. O texto discute, ainda, as questões que estão em jogo e os cuidados para não se reduzir a instituição e sua reforma ao plano das decisões legais, formais e administrativas, mas se preservar e se afirmar sua natureza e sentido e a criação de direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Natureza e Sentido da Universidade; Reforma Universitária; Instituição Social Específica

UNIVERSITY AND UNIVERSITY REFORM

ABSTRACT: The debate and development of the university reform proposed by the government favour operational aspects, silencing the very *nature* of the institution and other issues inherent in the academic life's meaning. As a result, it lacks parameters and criteria for the judgement of the proposals presented and for the definition of actions and precautions required for its implementation. However, when the university asks itself what it is and when it works to be an institution that thinks and creates the in-existent, it affirms its authority to think and to defend new ways of people's existence, of society, of humanity, and of university. This text also discusses the issues which are at stake and the precautions not to reduce the institution and its reform to the dimension of the legal, formal, and administrative decisions, but to preserve and assert its nature and meaning as well as the creation of rights.

A história da educação testemunha os momentos privilegiados em que formas concretas de existência do ensino superior e da universidade foram questionadas, defendidas novas estruturas e feitas reformas. Desde seus primeiros passos, a jovem universidade brasileira, cuja criação foi proibida no Brasil Colônia, proposta no Império e efetuada por força do decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920, teve questionada sua realização histórica. O relatório elaborado em 1921 por Benjamin Franklin Ramiz Galvão, reitor da Universidade do Rio de Janeiro, a primeira a surgir em terras brasileiras, é bastante claro e incisivo:

Não errarei afirmando, pois, que a Universidade do Rio de Janeiro está, apenas, criada *in nomine*, e, por esta circunstância, se acha, ainda, longe de satisfazer o *desideratum* do seu Regimento: “estimular a cultura das ciências; estreitar, entre os professores, os laços de solidariedade intelectual e moral, e aperfeiçoar os métodos de ensino”. Constituída pela agregação das três Faculdades preexistentes, de Engenharia, de Medicina e de Direito, do Rio de Janeiro, nem, ao menos, têm elas a sua localização comum ou próxima; vivem apartados e como alheios uns dos outros os três institutos que a compõem, sem laço de ligação, além do Conselho Universitário, cujos membros procedem das três Faculdades (Apud NAGLE, 1974, p.130).

Criada por motivos nada acadêmicos, em seu início nossa primeira universidade era uma estrutura formal, legal, sem um espírito de investigação e de formação propriamente universitária que estruturasse sua existência e lhe desse sentido e razão de ser. Ao longo de seus oitenta e poucos anos, os questionamentos, as críticas, as propostas e os projetos de reforma da universidade brasileira se ampliaram, vindos de dentro e de fora da instituição, nas vozes e na luta de estudantes e professores, no discurso de governos, empresários, trabalhadores, imprensa, mídia e sociedade civil em geral, com intensidade, orientações e sentidos variados e, por vezes, diferentes. Não há, porém, razões para espanto com o que pode parecer sinal de fragilidade, de obsolescência institucional e, quem sabe, de injustificável existência em condições históricas e contextos determinados. Afinal, tudo isso é próprio das criações humanas, das invenções sociais, em especial da universidade, instituição por

* Professor Doutor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Rua Delenda Rezende de Melo, s/n. Cep 74.605-050 – Goiânia – GO. E-mail: ildeuc@terra.com.br

excelência da interrogação, da crítica e do pensamento do mundo natural e espiritual, dos objetos, da prática e das idéias. Em vez de abalá-la, a crítica é constitutiva da universidade, lhe dá vida e sentido.

O tema da reforma do ensino superior, em especial da universidade, expressivo no cenário nacional, sobretudo dos anos cinqüenta a início dos setenta e retomado em meados da década de oitenta do século XX, na perspectiva de construção da democracia no Brasil, após um longo período de ditadura militar, ressurgiu no governo Lula, em particular na gestão de Tarso Genro, no Ministério da Educação. Em consonância com o que geralmente tem sido privilegiado no debate acadêmico, no discurso ideológico, na mídia, no plano das idéias e da ação, o ministro sugere que a discussão dessa reforma deve centrar-se nos seguintes tópicos: missão da educação superior, autonomia, financiamento, acesso e permanência, estrutura e gestão, avaliação, conteúdos e programas. Entretanto, é preciso ir além dessa indicação ministerial, sob pena de simplificar e empobrecer a discussão e o encaminhamento de realidades amplas, complexas, profundas e significativas, e de reforçar reduções teóricas e práticas, com implicações no presente e no futuro da universidade, na existência da sociedade e dos indivíduos. Privilegiar a missão, a estrutura, o funcionamento, a gestão, os aspectos operacionais da universidade em geral, da autonomia, do ensino, da pesquisa e da avaliação é silenciar a discussão da *natureza*, do *sentido* mesmo da instituição, do que é constitutivo de sua existência, do que lhe confere sentido e identidade.

Uma questão fundamental não foi sequer mencionada e precisa ser posta e pensada. Sem a reflexão sobre *o que é a universidade*, capaz de fundar, fundamentar, iluminar e orientar o debate e o encaminhamento da reforma, em todos aspectos, a discussão dos temas propostos, por mais importante que possa ser, fica à deriva, sem parâmetros, se perde nos detalhes, no operacional, na superfície, na esfera da opinião, dos interesses do Estado, das pessoas, dos grupos, dos movimentos sociais, das organizações. A questão prévia *o que é a universidade* se impõe necessariamente e envolve outras que lhe são inseparáveis. Respondê-las é também estabelecer o critério para o julgamento da correção, da adequação e da validade das propostas apresentadas para os problemas, aspectos e dimensões da universidade e do ensino superior. Num dos diálogos de Platão, Sócrates pede a Eutífron, personagem que dá nome ao texto, que lhe responda qual aspecto constitui uma coisa como piedosa, “para que, olhando para ele e usando-o como paradigma, eu possa declarar se qualquer ação conforme a este modelo, praticada

por ti ou por qualquer outro, é ou não piedosa” (*Éutifron*, 6 e). Do mesmo modo, o conhecimento prévio da essência da virtude, da coragem, da prudência ou da amizade, torna-se o *paradigma* a ser usado para saber se a vida de uma pessoa ou um determinado ato é expressão, ou não, dessa ou daquela qualidade.

Não se trata de desqualificar os tópicos submetidos pelo governo à apreciação das instituições de ensino superior e da sociedade em geral, mas de afirmar que, para pensá-los — e não apenas torná-los operacionais, funcionais —, discutir, definir e realizar a reforma pretendida, o primeiro passo é pôr a questão *o que é a universidade*, qual sua natureza, sua identidade, seu sentido, e procurar respondê-la. Para encaminhar as questões, sem comprometer o trabalho e chegar a bom termo no empreendimento, com racionalidade, rigor, crítica e radicalidade no pensar e no agir, é necessário, de acordo com os ensinamentos de Sócrates nos diálogos de Platão, ir além da questão inicial e pôr a questão prévia.

A interrogação *o que é a universidade*, o que é constituinte de sua existência, o que faz uma instituição *ser realmente universidade* deve levar-nos a perguntar *o que é a educação*, a cultura, a formação, o saber, a docência, o ensino e a pesquisa; que relação intrínseca há entre, de um lado, a universidade e, de outro, a sociedade, a cultura, a escola fundamental e média; qual o sentido da autonomia universitária, do financiamento, da estrutura, da gestão e da avaliação. O trabalho do pensamento para responder a essas interrogações define que ações e cuidados são exigidos da sociedade, do Estado e da própria instituição, de seu corpo docente, discente e técnico-administrativo, para que a universidade ganhe existência concreta. A discussão inicial proposta pelo Ministério da Educação precisa ser superada pela proposição de questões, amplas, significativas e fundamentais, que, se não respondidas, comprometem o pensamento e a ação que realizam a idéia e o sentido da universidade. A resposta a essas questões fundamentais é inseparável de concepções e práticas inerentes ao trabalho de produção, de criação, de realização e afirmação de sua natureza e identidade, do sentido do trabalho intelectual, do processo de formação e do currículo. Em texto de 1966, escrito no contexto da discussão que então se fazia da reforma da universidade, e ainda de grande atualidade para o debate e a reforma que hoje se impõem, Henrique Cláudio de Lima Vaz lembrava, com a acuidade, o rigor, a ponderação e a sabedoria que lhe eram peculiares:

Uma reflexão sobre a Universidade brasileira, na hora em que sua estrutura é posta em questão, sua significação discutida, seu futuro reformulado — na

hora da sua *crise* — deve desdobrar-se, imperativamente, em dimensões filosóficas, deve voltar sua interrogação para o ser da Universidade, sua proveniência e sua essência, como premissa a uma lúcida opção sobre sua sorte (VAZ, 1966, p.3).

Sem a interrogação de seu *sentido* e *finalidade*, a instituição não tem condições de definir os *meios* para a *realização* de seus *fins*, de seu *ser*, de tornar-se efetivamente o que *é*, em virtude de sua natureza, pois a definição desses *meios* é desafio e trabalho que transcende a esfera da mera operacionalidade e exige necessariamente a reflexão. A discussão da lei, da estrutura, da gestão, da autonomia, do financiamento, da carreira docente, da formação, do ensino e da pesquisa pressupõe a *idéia* de universidade, que “não é outra coisa senão o conceito de uma perfeição que ainda não se encontra na experiência”(KANT, 1996, p. 17).

Ao pensar sua *idéia*, natureza, essência e *finalidade* e trabalhar para realizá-las, a universidade gira o olhar, dirige a atenção e o cuidado no sentido de superar os equívocos, os limites, a pobreza de horizontes, o privilégio conferido pelo Estado e pelas empresas às pesquisas que consideram importantes e prioritárias e à profissionalização dos estudantes. Faz-se atenta para que esta não seja reduzida à transmissão de saberes prontos e acabados, ao desenvolvimento de habilidades, ao domínio de técnicas e ao treinamento para executar o que o mundo do trabalho supostamente exige. Coloca em questão sua existência empírica, transcende a esfera do existente, do instituído, do ensinar e do aprender a fazer, do prático, do utilitário, da superficialidade e da banalização do que diz respeito aos humanos. Numa palavra, ela se faz instituição do pensamento, do trabalho intelectual, da criação do inexistente. Tudo isso lhe confere condições e autoridade para pensar, inventar e defender *novas formas de existência* das pessoas, da sociedade e da humanidade.

Se tudo é, verdadeiramente nada é universidade, pois não haveria distinção entre ela e as coisas, os processos, as demais instituições sociais e as organizações, como acontece, por exemplo, sempre que é reduzida a empresa e a universidade corporativa. Ou todas as vezes em que a pesquisa não passa de levantamento de dados, de atendimento de necessidades e interesses do Estado, das grandes empresas, do complexo militar e do mercado, de subserviência a modismos e de repetição de idéias, métodos e caminhos já trilhados, de busca de soluções e resultados imediatos; e o ensino não vai além do aprender a fazer o que supostamente é esperado e exigido pelo mercado, da transmissão de informações, de saberes acabados e de técnicas. Se pensar é fazer distinções, ir à raiz

e perguntar o sentido dos problemas, das questões, das coisas, dos processos, das idéias e da prática, interrogação essa que se realiza e se expressa na questão *o que é*, a universidade não fica de fora, mas, em virtude de sua natureza e sentido, se faz interrogação. Ao pensar a sociedade e a si mesma, se faz, segundo Salman, “instituição que encarna a cultura intelectual da sociedade”, ou ainda, “a instituição que encarna na sociedade os mais altos valores da vida intelectual” (SALMAN, 1969, p.37 e 17).

Ao realizar e cultivar o trabalho da razão, a universidade faz a crítica da existência humana, da sociedade, de si mesma, das idéias, dos conceitos, das teorias, dos métodos e da prática. Trabalha para superar a multiplicidade, o visível e as aparências rumo à unidade, ao invisível, ao *ser* das coisas, dos processos, da realidade e da própria universidade. Abre caminho para a conversão ao uno, a busca do modelo ideal, a lucidez, a ação e, portanto, para a superação do que existe, a transformação do real, a criação, no contexto da cultura, de formas racionais, dignas e significativas de existência social e pessoal. Em vez de uma realidade pronta e acabada, um dado, a universidade é, em sua própria natureza, uma *idéia a ser realizada*, uma realidade em construção.

Vínculos intrínsecos unem saber e autonomia. Sem autonomia da razão, liberdade para investigar o sentido das idéias e da realidade; sem argumentos, teorias, demonstrações e explicações que obedeçam a princípios, critérios e regras universais do pensamento e da produção intelectual, submetidos à discussão, aceitos e publicamente aprovados e ensinados, não há invenção, descoberta, produção e transmissão do saber. Interferências externas destroem a autonomia e comprometem o reconhecimento da veracidade da conclusão. Aliás, desde seu início, na Grécia Antiga, a razão transcende a esfera do mito, a *empeiria*, o mundo do visível e, de forma autônoma, define princípios universais, cria conceitos, idéias, argumentos e demonstrações que garantem a veracidade do que é afirmado.

A autonomia para definir e realizar seu projeto acadêmico, suas atividades de formação, de ensino e de pesquisa, sem a interferência do Estado, das empresas, dos movimentos sociais, do mercado ou de qualquer outra restrição de natureza mítica, religiosa, ideológica, política, cultural ou econômica é, então, a condição essencial para que a universidade possa realizar-se como *instituição* criada e mantida pela sociedade para o cultivo do trabalho intelectual. *Autónomos*, em grego, significa independente, aquele que age por si mesmo, que define o próprio *nómos*, a lei, a norma que rege sua existência, conforme sua natureza. Em vez de possibilidade de fazer o que se quer ou interessa,

a autonomia universitária exige que tudo seja feito de acordo com a *natureza*, o *sentido* mesmo da instituição. É, portanto, condição para a realização e a afirmação da vida do espírito, da especificidade do ato de pensar, de formar e de investigar. Daí a necessidade de superar a prática que considera as ciências exatas e biológicas parâmetro para as decisões e as normas relativas à universidade, ao ensino e à pesquisa, silenciando as diferenças fundamentais existentes entre aquelas e as ciências humanas, a filosofia, as letras, as artes.

Constitutiva de sua existência e assumida de forma lúcida e responsável, a autonomia é indissociável da afirmação da natureza, do sentido e dos fins da universidade e, ao mesmo tempo, do reconhecimento e da preservação da especificidade dos saberes e das áreas de investigação e de ensino. As diferenças entre, de um lado, as letras, as artes, a filosofia e as ciências humanas e, de outro, as ciências exatas e biológicas, não podem ser ignoradas, por exemplo, na existência da universidade, no ensino, na pesquisa, nem pelas agências que financiam a pesquisa. A autonomia não é, entretanto, conivente com a preguiça, o não-trabalho, a acomodação de interesses, o corporativismo, o ensino e a pesquisa de baixa qualidade, a negação de direitos da sociedade e dos estudantes. Em hipótese alguma pode ser entendida como possibilidade de as universidades privadas ou de as chamadas de comunitárias privilegiarem os interesses, particulares e privados, a prosperidade do empreendimento, o lucro, o aumento do patrimônio.

Compete ao Estado garantir às universidades públicas as condições políticas, sociais e financeiras para realizarem suas atividades específicas com a imprescindível qualidade, o que inclui necessariamente os recursos e a possibilidade concreta de remanejá-los, conforme as prioridades definidas de acordo com a natureza da instituição acadêmica e atendidas a integridade administrativa, a moralidade, a responsabilidade para com a coisa pública. A crônica escassez de recursos, o achatamento salarial e a forma como o Estado encaminha as questões da universidade têm levado ao privilégio da perspectiva e da ação sindical, bem como da luta por mais verbas, melhores salários e democracia interna, freqüentemente reduzida a eleições diretas, em detrimento de sua dimensão acadêmica. Sem autonomia financeira, sem os recursos necessários à realização de seus fins, não há autonomia, ficando a universidade à mercê dos interesses do Estado e das empresas.

A existência da instituição não pode ficar na dependência de mecenas, de quem pode ou tem interesse em financiar sua existência e atividades. Se tiver que ministrar o ensino e fazer as pesquisas que

interessam a seus patrocinadores, aos que a financiam, ou se depender de convênios para manter e expandir suas atividades, ela se descaracteriza, perde sua identidade e razão de ser. Por mais importantes, amplos e de longo prazo que sejam, eles não perdem seu caráter fortuito, situam-se na esfera da busca de resultados satisfatórios, atendem aos interesses, nada acadêmicos, da outra parte conveniente e em geral não conseguem enraizar-se na vida acadêmica e fecundá-la. Os recursos eventualmente recebidos de incentivos fiscais, convênios e prestação de serviços a profissionais, empresas e órgãos do Estado devem ser aplicados em benefício da universidade e, se for o caso, destacando-se uma parte para as áreas e departamentos diretamente ligados a essas atividades, sempre de acordo com normas claras e academicamente definidas pela instituição.

A autonomia implica a superação da legislação e da estrutura burocrática uniformizantes, para que a instituição possa encontrar seu caminho, definir seu projeto, construir a prática acadêmica, realizar sua finalidade. Implica ainda a superação do modelo único para as universidades públicas, o que não significa aceitar a diferenciação regional, como se fosse verdadeiro o dilema homogeneização ou regionalização. Se o modelo único foi importante no momento das federalizações, hoje ele cerceia a reflexão, o surgimento de outras estruturas, a busca de novas soluções para os problemas. Essa questão, é claro, precisa ser pensada e definida com clareza e responsabilidade, para que não se chegue a uma diferenciação descabida no setor e a falta de recursos não inviabilize a existência e a necessária expansão das universidades federais. Mas, sem o reconhecimento e a afirmação do princípio da autonomia e da liberdade, inseparável de sua realização e, portanto, da ação, não tem sentido se falar em responsabilidade. À medida que definam, de acordo com sua natureza e finalidade e autonomamente, sem populismo, sua estrutura, prioridades, políticas de ensino e de investigação, bem como o pessoal e os recursos para viabilizá-las, as instituições terão condições de assumir responsabilidades para com a coisa pública, a sociedade civil e o Estado e de se tornarem instituições acadêmicas que pensam o presente e o passado e criam o futuro, superando a realidade existente.

A autonomia é ainda inseparável da democracia, sobretudo numa instituição que não pode prescindir da liberdade de pensamento, de investigação e de ensino. Condição essencial para a existência da universidade e realização de seu sentido e finalidade, ela não se confunde, por exemplo, com independência diante do Estado e da

sociedade, liberdade na gestão de receitas e despesas, no cumprimento dos objetivos e metas, como acontece no setor empresarial, nem com a escolha de seus dirigentes por meio de eleições diretas. O esquecimento da natureza da universidade e da própria democracia abre as portas para a interferência de empresas, sindicatos e partidos em sua existência, em especial, na eleição dos dirigentes, para o populismo, os interesses de grupos e a mera repartição do poder, comprometendo seu presente e futuro. Às vezes, mais do que a trajetória e o efetivo compromisso do candidato com a vida acadêmica e a construção de novas formas de existência social, importa sua capacidade obter votos e de ganhar a eleição, o que frequentemente não se consegue sem agradar os eleitores, sem recursos financeiros, marketing, promessas e alianças que desfiguram o processo democrático e a universidade. Assim, são afastados da administração universitária docentes da melhor qualidade, em prejuízo da formação dos estudantes, da pesquisa e da sociedade. Não se nega a importância social e política da participação de docentes, discentes e servidores técnico-administrativos na existência da instituição, mas garantindo sempre sua especificidade. Daí a necessidade de criar em seu interior formas democráticas de convivência e de exercício do poder, que transcendam as eleições diretas e os esquemas de tomada de decisão centralizados nos Conselhos Superiores.

Segundo José Henrique Santos, no trabalho para instituir-se e afirmar-se como instituição acadêmica, a universidade está sujeita a vários riscos, como a troca da

prática acadêmica pela militância partidária, como se as posições políticas “corretas” pudessem absolver a falta de produção intelectual. A regra do verdadeiro e do falso não pode ser definida nos limites das ideologias de intervenção e salvação social, sob pena de perder todo o sentido. Também a espreita a tentação da cultura ornamento, pura mimese sem verdadeira assimilação, ou a cultura tecnocrática, que julga poder legitimar-se pela mera promessa de modernização, sem se importar com a face humana dos problemas (SANTOS, 2001, p. 99).

Intrinsecamente ligada à cultura e à sociedade da qual emerge, a universidade é a instituição por excelência que produz, amplia, aprofunda, expressa e transmite, de modo rigoroso e crítico, o saber, a cultura, as ciências, as técnicas, a filosofia, as letras e as artes, em todas as dimensões. Desde seu início, na Idade Média, a razão aí encontrou sua casa, o pensamento, a sua morada, e o saber, a instituição que o cultiva e ensina. Nesse sentido, ela é também um

“*pro-jeto*”, um desafio, um convite ao trabalho do pensamento, da contestação, da criação intelectual e à ação que o realiza. Interroga as idéias, os conceitos, os argumentos, as teorias, a prática, o real e o imaginário. Insere os humanos no mundo da cultura, da sensibilidade, da imaginação, da crítica, do rigor e da radicalidade no pensar, enfim, do universal, que não se confunde com o internacional. Trabalha com a formação humana, que não se reduz à transmissão de conhecimentos, de saberes prontos, ao aprendizado de novas tecnologias, e orienta suas atividades no sentido de superar a insensibilidade diante do que diz respeito aos humanos. Sua existência e razão de ser transcende a esfera da superficialidade e da banalização do saber, da prática, da militância, da solução dos problemas, do atendimento das necessidades e interesses da sociedade e dos indivíduos.

Como *instituição social*, diferentemente das organizações, a universidade é uma prática social cuja natureza, razão de ser, finalidade, especificidade, legitimidade e autonomia são publicamente reconhecidas e inseparáveis da autonomia da razão, da natureza do saber racional, do pensamento, com sua lógica, princípios, exigências, temporalidade e forma própria de realização na esfera do ensino e da pesquisa e, portanto, diferentes do que rege o mundo dos negócios e do poder. É indissociável ainda do reconhecimento da educação e da cultura como *direitos* da sociedade e dos cidadãos, inerentes à constituição da democracia, da cidadania e da justiça. Sua afirmação nesse sentido supõe o trabalho para, na esfera das idéias e da prática, superar a forma concreta de existência da sociedade brasileira, as relações sociais e políticas hierárquicas e autoritárias, fundadas na desigualdade, no populismo, no clientelismo, no paternalismo, no favor, enfim, na negação de direitos.

Como *instituição social* específica, a universidade afirma sua diferença e autonomia em relação à sociedade, ao Estado, às demais instituições, às organizações, aos partidos políticos, às empresas, aos movimentos sociais e aos sindicatos, dos quais, em virtude de sua natureza, não depende. Expressa, de modo *autônomo* e *crítico*, os conflitos inerentes à existência e à transformação da sociedade e da cultura, à criação de direitos, à invenção e realização da igualdade, da democracia e da justiça, à formação humana, ao cultivo do pensamento, do ensino, da pesquisa, do trabalho acadêmico e da produção intelectual, atividades essencialmente autônomas e livres. Sociedade e universidade são, portanto, permeadas e divididas, de ponta a ponta, por conflitos. Imaginar, acreditar que a existência da universidade não encerra conflitos é negar a natureza mesma da sociedade, da produção intelectual e da universidade, e

ideologicamente ocultar a realidade, silenciar o trabalho da crítica, negar a possibilidade de superação da realidade existente.

As pessoas, os grupos, o trabalho, as idéias e os projetos acadêmicos trazem a marca indelével dessa divisão, dos conflitos inerentes à existência mesma da sociedade moderna e que, por conseguinte, a constituem, atingem e cindem em todas as suas dimensões e esferas. Além disso, os objetos de trabalho de professores e estudantes, nas várias áreas do saber, são intrinsecamente diferentes e, portanto, as linguagens, as lógicas, os conceitos, os métodos de investigação e de ensino, a prática e as finalidades expressam suas diferenças. Em vez de harmonia, integração, unanimidade, consenso, homogeneidade e unidade, o que existe na sociedade — e na universidade como expressão e uma das dimensões da existência social — são cisões e conflitos que atravessam sua existência de um lado ao outro, de modo que, em qualquer área, tema ou aspecto da sociedade e da universidade, há pessoas que defendem, e outras que contestam, determinados valores, idéias e práticas, enfim, os que aceitam, desejam e esperam manter a atual forma de existência da sociedade, da cultura, da humanidade e da universidade, e os que a ela se opõem e lutam para superá-la, transformá-la radicalmente.

São ingênuas, equivocadas e ideológicas, portanto, as idéias de *comunidade* universitária, de relação da universidade com a comunidade (sociedade), de comunidade docente, discente e de servidores técnico-administrativos, de *consenso* entre essas categorias, entre os grupos no interior de cada categoria, de cada Unidade de ensino e pesquisa, dos Conselhos de administração superior e intermediária da universidade, bem como de *integração* entre ensino, pesquisa e a chamada extensão universitária, de integração dos saberes, das áreas de ensino e pesquisa, das disciplinas do currículo, dos projetos e dos órgãos de gestão acadêmica.

Pelo contrário, os conflitos, as divergências e o dissenso crítico, teoricamente fundados, ética e politicamente responsáveis, são constitutivos do trabalho da razão, do ensino, da pesquisa, da constituição dos saberes, da formação humana, enfim, da existência da universidade. Não são empecilhos, obstáculos ou algo lamentável, mas constitutivos da realidade social e universitária. Como parte e dimensão essencial da existência humana, na esfera social e pessoal, equivocada é a pretensão de negá-los, em vez de assumi-los e trabalhá-los à luz da razão e da ética, incorporando sua possibilidade de fertilizar a criação, o pensamento e a ação. Daí a necessidade de

desenvolver e cultivar a capacidade de ouvir, de entender as razões e os argumentos do outro, do adversário intelectual, que não se confunde com inimigo pessoal; de aprofundar, de tornar rigorosos, críticos e consistentes os conceitos e os argumentos, enriquecendo a discussão e contribuindo para o avanço do saber, a formação intelectual e humana dos envolvidos, direta ou indiretamente, nos embates das idéias e das práticas. Além de reais e constitutivos da existência, os conflitos e as divergências podem ser incorporados na formação de sujeitos do pensamento e da ação, no sentido de criação de novas formas de relação com o outro, de “con-vivência” humana.

Para que possamos caminhar nesse sentido, mais do que transmitir aos estudantes o saber acabado, é preciso ensiná-los, desde o início do processo de escolarização, máxime na universidade, a compreenderem a natureza e o homem, o indivíduo e a sociedade, em todas as suas dimensões e, portanto, as idéias, a ação, a prática, os mitos, as lendas, os conceitos, os argumentos e os métodos de produção do saber, seus limites e possibilidades, pressupostos e implicações, enfim, o saber já existente, bem como a superarem tudo isso, produzindo novas realidades na esfera da teoria e da prática.

Entretanto, à medida que assume uma outra compreensão de si mesma, age e trabalha em outro sentido, a universidade privilegia a execução e o que considera exigências do mercado. Afasta-se da compreensão das reais determinações históricas inerentes à existência humana e, portanto, à sociedade e à universidade, bem como do trabalho para superá-las. Ao adequar-se em tudo à realidade dada e a seus limites, ao que o Estado, as empresas e o mercado consideram prioritário e merecedor de financiamento, bem como atender a necessidades e interesses e executar encomendas, ela nega o sentido e a finalidade que a constituem. Transforma em *único* caminho possível o que é imediato, fácil e prático, o que a mídia e o mercado valorizam, o que a maioria dos indivíduos, grupos, instituições e sociedades fazem. Sem fechar os olhos às necessidades e demandas da sociedade, a universidade deve respondê-las com autonomia, no campo do ensino e da pesquisa e tendo em vista sua natureza e sentido, o que é constitutivo da vida acadêmica, os fins da formação humana, da produção do saber, da ampliação e do aprofundamento dos horizontes culturais de todos os humanos.

A lógica da profissionalização é inseparável da abertura da universidade ao mercado, da orientação pragmática do ensino e da pesquisa para o imediato, o pontual e o banal, da obsessiva preocupação com a eficiência, a produtividade, o ensinar e o aprender a fazer, bem como da reificação e da submissão da cultura, do saber,

da universidade, do ensino e da pesquisa ao capital, ao lucro, ao que é prático e traz resultados. Nessa lógica, questiona-se, então, o custo das universidades públicas, esquecendo-se que aí estão o maior contingente de pessoas altamente qualificadas, trabalhando em tempo integral, e grande parte do que de melhor qualidade há na pós-graduação e no ensino de graduação, bem como aí se forma a maioria dos mestres, e sobretudo dos doutores, e são realizadas cerca de 90% das pesquisas no Brasil. Além disso, as universidades públicas são responsáveis por grande parte da assistência à saúde da população e por inúmeras e importantes ações na área da cultura, nas cidades e no campo. E tudo isso tem um custo, envolve recursos! Se o Estado ajuda, viabiliza, financia e assume parte do custo de expansão, acumulação e movimentação do capital, por que não investir na cultura, na educação, na universidade, sem reduzi-las, respectivamente, a diversão e entretenimento, a treinamento da mente e do corpo, a organização a serviço do Estado e do mercado?

Embora freqüentemente reclamem do custo das universidades públicas, considerado por eles muito elevado, Estado, empresários e mídia não questionam o custo econômico-financeiro e sociocultural da legislação tributária injusta, do desmonte da máquina estatal nos últimos anos, das recentes privatizações de empresas e serviços públicos, das facilidades, benefícios e “generosos” financiamentos concedidos para expansão, interiorização e regionalização da produção industrial. Não mencionam também o custo da administração da dívida externa e interna, da corrupção, da sonegação de impostos, dos inúmeros perdões fiscais, das “renegociações” das dívidas das empresas (Refis 1 e 2, por exemplo), dos inúmeros atos de renúncia fiscal, dos incentivos dados pelo Estado a esse ou aquele setor da economia, do “socorro” a empresas, bancos e fazendeiros, do superfaturamento de obras e serviços... Há décadas, e em alguns casos séculos, incontáveis fatos dessa natureza, de uma forma ou de outra, envolvem e beneficiam esses mesmos agentes, bem falantes no caso dos “gastos” (!) das universidades públicas e mudos em centenas de outros que consomem grande parte de sucessivos orçamentos da União, dos Estados e dos municípios, em detrimento da sociedade, sobretudo dos mais pobres. E assim o ensino privado e os empresários em geral são beneficiados e as universidades públicas prejudicadas.

A sociedade, o Estado, em especial os poderes executivo e legislativo, e a própria universidade esquecem que a existência e as questões do ensino superior, e sobretudo da universidade pública, dizem respeito à vida de todos os brasileiros, de todos os que vivem no país e dos humanos em geral. A investigação, a produção do saber e a

formação que aí acontecem, e são constitutivas da existência mesma da universidade, visam, em última instância, à criação de direitos e, portanto, à transformação da sociedade e das pessoas, independentemente de aí estudarem ou trabalharem, em qualquer etapa de sua vida. Todas, sem exceção, têm direito a *participar efetivamente* da definição da existência e dos rumos da sociedade, do Estado e da humanidade, de sua reorientação no sentido da autonomia, da liberdade, da igualdade e da justiça, bem como a condições dignas de existência, a educação, saúde, transporte, habitação e lazer de qualidade, a sua *inserção crítica* no universo da cultura, do pensamento, da sensibilidade e da imaginação, a sua constituição como *sujeitos* da cultura e do poder. Sociedade, humanidade e todos os humanos têm direito a uma universidade excelente para a formação das pessoas, dos *sócios*, a criação de novas formas de existência pessoal e coletiva, a humanização dos humanos, das instituições e dos grupos.

Mais do que prejuízos em termos profissionais, econômicos, do mercado de trabalho e das empresas, as deficiências e as precariedades da educação e da universidade comprometem a existência das pessoas, da sociedade e da humanidade, seu presente e seu futuro, sobretudo em termos de formação humana, autonomia, liberdade, igualdade, democracia e justiça. O que está em jogo não são recursos e despesas na produção de bens materiais, de objetos e de lazer, nem serviços prestados por empresas e organizações, mas investimento, esforço e trabalho no sentido da formação de pessoas, de seres autônomos, livres e éticos, de cidadãos, de *sócios* que se reúnem para constituir a sociedade, a humanidade boa, excelente. Não tem sentido serem pensados em termos meramente econômicos, pois não dizem respeito aos *negócios*, mas à criação de *direitos*.

A discussão que se inicia e a realização da presente reforma devem ter sempre presente que, de uma forma ou de outra, todos são intrinsecamente envolvidos nos caminhos e no destino da *instituição*. Embora aí possa ocorrer prestação de serviços, esta não é constitutiva, nem a razão de ser da universidade, que não pode submeter-se às necessidades e aos interesses de quem contrata ou encomenda os serviços e se julga no direito de tudo decidir e impor. Educação e universidade não são coisas, objetos, produtos e processos fabris, nem *serviços* prestados aos indivíduos pelas instituições de ensino. Não são produzidas em série, com custos decrescentes por automação e terceirização da produção, nem decididas e transformadas legal e administrativamente, de cima para baixo e de fora para dentro. Pelo contrário, são *direitos* da sociedade e dos cidadãos.

A universidade como instituição social específica, intrinsecamente vinculada à sociedade e, ao mesmo tempo, indispensável à criação e à realização de novas formas de existência humana, em sua dimensão social e pessoal, à criação e à afirmação de direitos, não é uma questão a ser pensada, decidida e implementada pelo Ministério da Educação, em comum acordo com os ministérios da área econômica e o Congresso Nacional. Apesar de sua importância na constituição da vida social, as leis e as estruturas formais por si sós não garantem a transformação das instituições, da sociedade e da cultura, sendo necessário ainda pensar, criar conceitos, interrogar as idéias, a prática, *o que é* a universidade, a sociedade, a cultura, o saber, o ser humano, a formação, o ensino, a aprendizagem, o currículo, a pesquisa, enfim, a natureza de tudo isso, bem como o trabalho dos que constroem, em *outro sentido*, a existência coletiva numa determinada sociedade, em particular a ação dos docentes e discentes, no caso da vida acadêmica. Não se trata de cair no espontaneísmo e assim inviabilizar a realização dos ideais e projetos, mas de criar formas de "con-vivência" acadêmica, em que a autonomia, a liberdade de ensino e pesquisa não excluam, mas sejam condição para se constituir e afirmar o trabalho intelectual, a busca incessante da verdade, o cultivo do pensamento, da imaginação e da sensibilidade, a formação humana, a responsabilidade social, a ética, novas formas de relação com o outro, a possibilidade da sociedade e da universidade democráticas, criadoras de direitos.

Se a universidade é a instituição por excelência da crítica, do pensamento, da criação, não tem sentido privilegiar na reforma a discussão, a definição e a implementação do financiamento, da estrutura, do funcionamento, da gestão, da legislação, do acesso, da permanência, da avaliação, dos conteúdos, dos programas. Enfim, privilegiar os *meios e estratégias* para o alcance de determinados objetivos é esquecer o sentido e os fins da universidade, assumir a perspectiva da funcionalidade, do operacional, da adaptação, da gestão, da eficiência, da produtividade, da obtenção de resultados.

Reformar a universidade não significa prepará-la para atender aos interesses dos grupos, do Estado e do mercado de trabalho, adaptá-la às rápidas transformações na esfera da economia, da sociedade, da cultura. Não é também torná-la flexível e pronta para a execução de certas operações e a prestação de serviços, eficiente no desempenho de determinadas funções, em condições de ser usada pelo Estado, pelas empresas, nem prepará-la para atender as necessidades e os interesses, sempre contingentes, mutáveis e particulares, do mercado. Ao contrário, é preciso trabalhar no sentido

da formação humana, em sua dimensão pessoal e coletiva, que envolve, numa perspectiva ampla, profunda e significativa, a formação profissional, bem como inserir todos os humanos no mundo dos conceitos, dos argumentos, da teoria, da crítica, do pensamento, da cultura como esfera do simbólico, da relação com o ausente, com o passado, abrindo-se às interrogações que ela propõe e tornando possível o movimento sempre retomado de passagem do instituído ao instituinte.

A discussão da reforma da universidade e a definição de seu sentido e destino exigem a interrogação da chamada *crise da razão* (Chauí, 2001; Novaes, 1996; Rouanet, 1987), em sua versão pós-moderna, e suas implicações na existência da universidade, no trabalho de investigar, ensinar e aprender. Daí a necessidade de se trabalhar contra a superficialidade e a banalização do saber, retomando a leitura dos textos clássicos e o estudo das questões fundamentais na investigação e na formação dos estudantes, com menos horas-aula e mais leitura e estudo, menos informação e mais reflexão, bibliotecas e laboratórios, dispensando cuidados também à informatização como meio e instrumento, às casas do estudante e aos restaurantes universitários, para os que realmente não tenham condições de estudo sem essa infra-estrutura de apoio. E tudo isso é inseparável do processo de transformação do ensino fundamental e médio, do indispensável reconhecimento e afirmação da importância da escola pública para a construção da autonomia pessoal e social, da cidadania, de um projeto de nação.

A reforma da universidade deve passar necessariamente pela preservação e melhoria das universidades públicas, ampliando suas vagas, criando novas instituições em Estados onde é pequena a presença do ensino superior público, melhorando as condições de realização do ensino e da pesquisa. Nesse processo, não se pode perder de vista que as instituições públicas são referências para o ensino privado e para a reconstrução da nação e das instituições do ponto de vista ético e político.

Recebido em: 15/04/2004

Aprovado em: 10/05/2004

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. Trad. Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Ed. Unimep, 1996.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, Edusp, 1974.
- NOVAES, Adauto (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: FUNARTE, 1996.
- PLATÃO. **Éutifron, Apologia de Sócrates, Críton**. 3. ed. Trad., introd. notas José Trindade Santos. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992.
- ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SALMAN, Dominique H. **O lugar da filosofia na universidade**. Trad. João Bosco Fonseca Lara. Petrópolis: Vozes, 1969.
- SANTOS, José Henrique. A universidade e a cultura. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, nº 71. Separata, 2001, p. 83-100.
- VAZ, Henrique de Lima. **Cultura e universidade**. Petrópolis: Vozes, 1966.